

A VIDA NA RUA SOB O OLHAR DE SEUS MORADORES

*Renata Nogueira Fioroni **
*Ana Paula Leivar Brancaloni ***
*José Marcelino de Rezende Pinto ****

Se o senhor não tá lembrado / dá licença de contar / aí onde agora está / neste edifício arto / era uma casa vieia / um palacete assobradado / foi aí eu moço / que eu, matogrosso e o joca / construímos nossa maloca / mais um dia / nós nem pode se alembra / veio os home co'as ferramenta que o dono mandô derrubá...

Saudosa Maloca (Adoniram Barbosa)

Se a errância, a pobreza e a mendicância são tão antigas quanto a história humana é inegável que com a implantação do modo de produção capitalista sua exacerbação chega a tal ponto que surge toda uma legislação visando contê-las, numa atitude muito comum aos grupos dominantes de atribuir às vítimas a culpa por sua condição. Karl Marx cita n'O Capital (1984) as leis colocadas em vigor no reinado de Henrique VIII na Inglaterra, no ano de 1530, que estabeleciam que esmoleiros velhos e incapacitados para o trabalho teriam que ter uma licença para mendigar e que aqueles considerados "vagabundos válidos" seriam açoitados caso fossem vistos mendigando. Se persistissem nesta prática, teriam suas orelhas cortadas pela metade e nos casos de reincidência seriam executados. O mesmo autor cita outro exemplo que ilustra também como eram tratadas as pessoas em situação de rua. Trata-se de uma lei do reinado de Elizabeth I, em 1572, que determinava que as pessoas encontradas esmolando sem licença e com mais de 14 anos de idade, seriam açoitadas e marcadas a ferro em sua orelha esquerda. Com essa prática aplicada aos mendigos durante o seu reinado, foram executadas um total de 400 pessoas em apenas um ano.

A importância de compreender o contexto em que está inserida a chamada população de rua e sua forma de vida, bem como de analisar os fatores que a levaram a usar a rua como moradia, são aspectos fundamentais para que se possa ter uma política pública adequada para esta parcela da população.

Com o fim do feudalismo e a implantação do modo de produção capitalista ocorreu uma mudança profunda na estrutura social e política. Neste novo sistema, os meios de produção passam para as mãos dos capitalistas, inicialmente por meio da expropriação da terra dos camponeses, os quais são expulsos para os nascentes centros manufatureiros onde comporão o novo proletariado urbano. Contudo, nem todas as pessoas puderam ser incorporadas ao mercado de trabalho, sendo que medidas repressivas foram adotadas para aqueles que não conseguiram uma colocação. Todas as medidas de controle e repressão da força de trabalho tinham como pretexto o combate ao vício, à preguiça e à

imprevidência das classes pobres (Faleiros, 2000).

Ao aumentar o lucro da classe capitalista, a classe trabalhadora cria condições para a reprodução de uma parcela de população excessiva necessária para a manutenção do modo capitalista de produção. Esse excedente é chamado exército industrial de reserva, produto da acumulação do capital, como também condição para que este se efetive. A existência de grandes massas de trabalhadores disponíveis para serem absorvidos no mercado de trabalho sem que a produção seja afetada, é condição essencial para que o processo de acumulação se renove. O excesso de trabalhadores ativos tem como contrapartida o aumento dos trabalhadores em reserva.

O crescimento acelerado da indústria moderna e as necessidades de expansão e retração do capital funcionam como um dos agentes mais ativos de manutenção do exército industrial de reserva, o que nos grandes centros, ora atrai um número grande de trabalhadores, ora os expulsa. Essa

superpopulação existe em estado fluatante (Iamamoto e Carvalho, 2000).

Como decorrência do desenvolvimento do capitalismo e dos antagonismos que ele engendra a classe trabalhadora amplia seu papel de agente político frente ao empresariado e ao Estado. Este por sua vez intervém nas relações entre empresariado e classe trabalhadora, gerindo a organização e a prestação dos serviços sociais como forma de atenuar os efeitos excludentes da evolução deste modo de produção.

Assim, uma parte da riqueza socialmente gerada é canalizada para o Estado, sob a forma de impostos e taxas pagas por toda a população. Parte do valor desta riqueza retorna à população sob a forma de serviços, entre os quais os serviços assistenciais, previdenciários ou "sociais". Estes serviços podem ser tanto públicos como privados, mas acabam aparecendo como doados ou fornecidos à classe trabalhadora pelo poder político ou pelo capital, como se o Estado, ou a empresa privada fossem o provedor. Na verdade, esses serviços sociais nada mais são do que uma conquista da classe trabalhadora através de lutas por melhores condições de vida e trabalho (Iamamoto e Carvalho, 2000). Segundo estes mesmos autores estes serviços, se por um lado favorecem o trabalhador, por outro acabam constituindo-se em instrumentos políticos de reforço do poder, pois são regidos pela classe capitalista.

Desta forma, as políticas sociais no Estado capitalista, entre estas aquelas destinadas à população de rua, são perpassadas por uma contradição básica pois são incapazes de atuar nas causas que produzem a exclusão social. Em outras palavras, é como enxugar gelo.

Castel (1997) aponta o conceito inicial de excluídos, usado por René Lenoir (apud Castel, 1997) que incluía

os deficientes físicos e mentais, velhos inválidos e "desadaptados sociais". Atualmente, visualiza-se uma população bastante diferenciada da citada acima, que inclui os desempregados, os analfabetos e as pessoas com pouca escolaridade. A transformação social e econômica que decorre de novas exigências de competitividade e da concorrência impostas pelo capitalismo contemporâneo referenciado na ideologia neoliberal, na desregulamentação, na globalização com uma nova divisão social do trabalho, leva à redução das oportunidades de emprego, em especial, nos países de capitalismo periférico e dependente como o Brasil. Todos esses fatores contribuem para a desestabilização da condição salarial e para desagregação da rede de proteção social ligada ao trabalho assalariado, colocando crescentes camadas da população trabalhadora em situação de grande vulnerabilidade (Wanderley, 1997; Castel, 1997).

No Brasil, dado o processo vertiginoso de urbanização das últimas décadas, estes mecanismos de fragilização das relações de trabalho foram potencializados. Basta dizer que milhões de camponeses migraram para as cidades, que não possuíam condições de incorporá-los, gerando um contingente de trabalhadores com reduzidas chances de inclusão no mercado de trabalho e de acesso aos serviços de saúde, educação e, em especial, de moradia.

O MORADOR DE RUA

Diversos termos, como morador de rua, povo da rua, entre outros, são utilizados para se referir ao segmento social da população com baixa ou nenhuma renda e que de alguma forma habita (temporária ou definitivamente) os logradouros públicos da cidade (praças, jardins, viadutos, etc.), áreas de

gradadas (casas abandonadas, galpões), ou pernoitam em albergues públicos (Simões, 1992).

Atualmente, este grupo populacional é bastante heterogêneo e engloba vários sub-grupos que podem ser formados por homens e mulheres solitários e até famílias que transformam locais públicos em moradia. Há a existência de um outro grupo, que são os migrantes recém-chegados à cidade, que foram despejados, estão desempregados, ou ainda migram de um lugar para outro em busca de melhores condições de vida. Na rua misturam-se moradores "tradicionais" (mendigos, andarilhos), pessoas com menos tempo nessa situação (desempregados) e também aqueles que sobrevivem do mercado informal, como catadores de papelão, de latas de alumínio ou guardadores de carro (Rosa, 1994).

Um cotidiano de violência, doença, solidão e morte - assim é a difícil vida das pessoas que fazem da rua seu local de moradia. Recessão, crise social e institucional, ausência de políticas públicas e falta de moradia são alguns pontos que fazem parte do contexto em que se insere o morador de rua (Simões, 1992).

Dentro deste mesmo contexto, há pouca literatura que trata a questão deste segmento social, dificultando assim um estudo mais sistematizado e profundo a respeito do assunto. Não existem também dados estatísticos precisos sobre essa população (Rosa, 1994). Como exemplo, basta dizer que o Censo realizado pelo IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) no ano de 2000, não contabilizou as pessoas que vivem em situação de rua (Folha de São Paulo, junho de 2000). Com isso, essa população não é computada nas estatísticas oficiais da população brasileira, o que dificulta ainda mais a implementação de políticas públicas para este segmento da população.



Foto: Alderon P. da Costa

Segundo Simões (1992), os poucos estudos na área indicam que o percurso até a rua origina-se através de rupturas e perdas ocorridas em determinado momento da vida, podendo ser com a família ou com o grupo social. Para isto contribuem o desemprego, o alcoolismo, as doenças e outros fatores que se encontram presentes na vida dessas pessoas.

Morar na rua, muitas vezes, é uma das poucas possibilidades diante das circunstâncias, que abrangem desde condições sociais como o desemprego e a falta de moradia, até individuais, relacionadas à história de vida dessas pessoas (Rosa, 1994). Segundo a mesma autora, a transição para a rua se dá de forma gradativa, enquanto o indivíduo abandona hábitos, costumes e conceitos, para, aos poucos, adquirir seu espaço na rua. A rua deixa de ser o contraponto negativo da casa, entendida como proteção e cooperação, passando a ser percebida como espaço

possível de sobrevivência, como lugar de trabalho e moradia. Trata-se, na verdade, de um processo de perdas, por um lado, e de novas aquisições, por outro.

Segundo Broide (apud Rosa, 1994), quando o vínculo é cortado, esses indivíduos vão cada vez mais se socializando no mundo da rua e quanto maior o tempo na rua, maiores as dificuldades de restabelecer laços anteriores. Cria-se, assim, uma relação de dependência cada vez mais forte com o mundo das ruas. Neves (1995) ressalta que o trabalhador que vem de um processo de exclusão, quando chega na rua encontra indivíduos que estão passando pela mesma situação, sendo possível neste momento o estabelecimento de uma relação de solidariedade entre o grupo. Essas pessoas acabam criando um espaço social possível de partilhar, mesmo que aos olhos de determinados grupos da sociedade sejam estigmatizados e vistos negativamente.

COMO OS MORADORES DE RUA VÊM O SEU MUNDO

Os relatos que serão apresentados a seguir têm como base a dissertação de mestrado de um dos autores (Fioroni, 2003). O trabalho de campo foi desenvolvido na cidade de São José do Rio Preto, interior paulista que, em 2000, segundo o Censo do IBGE, possuía 360 mil habitantes. O município é considerado pólo regional pelo IPEA (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada) e é ponto de confluência de várias rodovias e ferrovias que a colocam em contato com as diferentes regiões do país, o que facilita a presença de uma população migrante. No campo predominam as lavouras de cana-de-açúcar e da laranja que, marcadas pela sazonalidade das safras, produzem grande instabilidade na oferta de empregos. Em 2002, foi realizado na cidade um censo de sua população de rua (FRAS, 2002) no qual foram entrevistadas 104 pessoas. Por ele, constata-se, de forma análoga a outros levantamentos, que se trata de uma população predominantemente masculina (93% homens; 7% mulheres), que se encontra na faixa etária economicamente ativa, dos 20 aos 40 anos, (38%). Com relação à etnia há predominância de brancos (66%), seguidos pelos negros (20%) e pardos (14%). Em relação à naturalidade, 51% nasceram no interior do Estado de São Paulo. O grau de escolaridade predominante é o ensino fundamental incompleto (56%), sendo que os analfabetos e semi-analfabetos representam 17% desta população. O estado civil revela uma maioria de solteiros (58%), seguidos dos separados (31%). Quanto às atividades que praticam na rua temos: guardador de carro e catador de papel com 14% cada, sendo que 35% dos entrevistados citam atividades como as de ambulante, artesão, entregador de

panfletos, vendedor de bilhetes, jardineiro e "chapa" (aquele que ajuda a descarregar caminhões).

Quanto aos logradouros ocupados, são citadas as marquises e praças com 19% cada, seguidas de 11% dos que afirmam dormir em casas abandonadas. Em relação ao número de pessoas alojadas para pernoite 37% disseram ficar sozinhas, seguidas de 35% que ficam com uma ou duas pessoas. No que se refere ao tempo de permanência na rua, 36% disseram estar entre 1 e 5 anos, seguidos de 27% que estão nesta situação entre 6 e 10 anos.

Os principais fatores desencadeantes da ida para a rua, segundo os depoimentos dos entrevistados, foram as desavenças familiares (23%), seguidas pela separação conjugal (17%), desemprego e álcool (ambos com 13%). Das pessoas pesquisadas, 49% possuem algum tipo de contato com a família, 47% não mantêm nenhum tipo de contato; 51% disseram usar álcool como bebida, 10% usam drogas e 22% usam álcool e drogas. Muitos citaram ter problemas de saúde (56%), e a passagem por casas de recuperação e hospital foi citada, respectivamente, por 32%.

Para este trabalho foram selecionados dez moradores de rua usuários de uma das instituições sociais da cidade. Foram entrevistados nove homens e uma mulher, com idade variando de 24 a 63 anos. Quanto à naturalidade, todos nasceram na zona urbana, nos Estados de São Paulo (8), Rio de Janeiro (1) e Paraná (1). Quanto à escolaridade todos disseram possuir o ensino fundamental incompleto. Com relação ao estado civil: seis são solteiros, um vive em união estável, três são separados; cinco disseram ter filhos. Quanto à última região de onde vieram, aparecem o interior de São Paulo (4), estados de Mato Grosso (1) e Goiás (1). Os demais já moravam em São José do Rio Preto (4). Quanto à

profissão que exerciam antes de irem para a rua, as seguintes foram relatadas: auxiliar de escritório, bóia-fria, aposentado, carpinteiro, armador, padeiro, restaurador de móveis, doméstica, cobrador, jardineiro, funcionário de supermercado. Um dos entrevistados não disse qual o trabalho que exercia antes de ir para a rua.

A técnica utilizada para a realização de entrevistas foi a da história oral pois ela permite um maior aprofundamento e documentação de aspectos históricos de um segmento social acerca do qual se tem pouco conhecimento (Queiroz, 1986). Em particular neste segmento, o relato oral é muitas vezes a única forma de comunicação existente.

A TRANSIÇÃO PARA A RUA

Antes da ida para a rua, muitas dessas pessoas encontravam-se em uma situação mais ou menos estável no que se refere à família e ao trabalho. Percebe-se nos depoimentos daqueles que foram entrevistados, que a transição para a rua não se deu de forma brusca e sim de forma gradativa, um processo muito doloroso e que aparece para eles como a única alternativa depois de tantas outras.

O trabalho e a família, fosse ela nuclear ou não, estavam presentes na vida do morador de rua. Segundo seus depoimentos, a ida para a rua está associada a rupturas e perdas significativas em algum momento, que podem ser com a família, a perda do trabalho, separações, agressões, infância em instituições, uso de álcool e outras drogas.

A fim de exemplificar um pouco mais sobre como se dá esse processo, veja-se a história de Salomão¹, que ilustra algumas situações que podem ser consideradas como fatores

desencadeantes da ida para a rua. Salomão estava com 63 anos na época em que foi entrevistado. Separado e pai de cinco filhos, quando pequeno morava com a mãe, a irmã e o padrasto, numa fazenda no interior do estado. Trabalhava junto com a família na colheita do arroz. O ambiente familiar era marcado por desavenças. Tanto ele como sua mãe, eram alvos de agressão do padrasto, um dos fatores que fez com que saísse de casa com a idade aproximada de dez anos. Passou pela FEBEM (Fundação Estadual do Bem-Estar do Menor) ainda pequeno, de onde saiu por volta dos 17 anos de idade. Quando saiu, casou e conseguiu trabalho num escritório da capital paulista, ficou lá durante 19 anos, do qual foi demitido conforme depoimento abaixo:

"O primeiro serviço meu foi em escritório, lá na rua da quitanda em São Paulo, depois saí de lá; um sujeito queria usar o elevador, ele não estava funcionando, a porta ficava aberta né e nós discutimos lá dentro. Ele me ofendeu e falou que ia me jogar eu pro buraco do elevador. Aí eu falei: O quê? Me jogar aí? Aí eu falei um palavrão e o patrão escutou né, o patrão era advogado. Aí passou duas, três horas e ele me chamou lá no escritório, já tinha uma carta pronta né, na hora eu tava tão nervoso, tremendo de nervosismo da pessoa. Ainda ele falou: - Salomão, me faz favor, assina aqui esse papel pra mim. Eu assinei e não li, depois já era tarde; - Eu, Salomão da Silva, declaro de espontânea vontade que sairei dessa firma sem direito a nada. Dezenove anos de casa."

Após este incidente, sua vida mudou totalmente. Não conseguindo emprego fixo, a bebida passou a ocupar um lugar cada vez maior em sua vida e a separação fez com que saísse de casa. Começou a percorrer o "trecho"

de cidade em cidade, em busca de trabalho. Quando não conseguia, fazia “bicos” para tentar sobreviver. A vida no “trecho” durou em torno de 20 anos e só acabou quando foi parar em uma instituição assistencial, no interior do Estado, que proporcionava moradia. Atualmente, Salomão trabalha como caseiro numa chácara em São José do Rio Preto. Ganha sessenta reais por mês e a alimentação é por conta do proprietário. Gosta do trabalho e acha o seu patrão um homem bom; o salário é baixo, mas mesmo assim não pensa em sair ou voltar para a instituição onde se encontrava.

Outro exemplo é o de Helton, um jovem de vinte e quatro anos, é bastante atraente e sabe se expressar muito bem, o que facilita muito a sua sobrevivência na rua e sua entrada nas instituições da cidade. Sua família pode ser considerada de classe média e reside em outra cidade, próxima a São José do Rio Preto. Quando adolescente experimentou maconha e daí passou para drogas mais pesadas, como o *crack* e a cocaína. Diz que tudo começou por curiosidade e que a família, no início, não sabia. Vieram as brigas em casa, principalmente com o pai. Acabou abandonando os estudos e o trabalho. Para sustentar o vício começou a furtar pequenas coisas; passava o dia se drogando e a noite ia para as favelas encontrar amigos e consumir mais drogas. Acabou contraindo o vírus HIV e por esse fato sua saúde está debilitada, uma vez que não consegue fazer o tratamento adequado por estar em situação de rua. Vive de pequenos furtos e quase sempre está acompanhado de alguma garota em situação econômica um pouco mais estável que a dele. Atualmente, continua usando drogas e alterna a rua com pensões ou a casa de suas companheiras.

Um terceiro entrevistado nos mostra, com algumas diferenças daque-

las citadas anteriormente, situações que servem também para ilustrar a vida anterior à rua e os fatores desencadeantes. Pierre, de 42 anos é solteiro e não tem filhos. Possui olhos claros, estatura mediana, é magro e sempre está andando com roupas sujas e descalço. Sua família reside numa cidade pequena na região de Catanduva. Caçula de uma família de cinco irmãos, ele é, porém, o único filho do segundo casamento de sua mãe. Esta, porém, precisou deixar os outros filhos para serem criados por parentes por não ter condição de sustentá-los, o que só foi possível com o segundo casamento do qual nasceu Pierre. Morava com a mãe, o irmão e a cunhada, na cidade de São José do Rio Preto. Trabalhava numa pequena fábrica e ajudava a cuidar da sobrinha. Seu irmão faleceu e Pierre mudou com a mãe para a casa de uma das irmãs na cidade de Tajobi, região de Catanduva. Começou a trabalhar na colheita da laranja. Após um tempo sua mãe faleceu e esse episódio marcou sua vida profundamente, já que ele não se conformava com sua morte. As brigas em casa foram se intensificando e passou a beber com intensidade. Veio então a perda do trabalho e as idas e vindas para a rua até que sua família, não agüentando mais toda essa situação, somada às dificuldades financeiras, acabou por não o acolher mais, passando então a viver nas ruas. Atualmente ele mora numa outra instituição para alcoólicos e é o “braço direito” do responsável pelo programa. Mantém contato com sua família através de cartas, telefonemas e visitas em alguns finais de semana e há grandes chances de poder retornar a ela.

Como se observa nos casos acima, os entrevistados tendem a atribuir a episódios associados à própria conduta, ou então a fatos fortuitos, a ida para a rua.

A VIDA NA RUA: “UMA LARANJA CHUPADA”

Para se falar dos sentimentos que envolvem o morador de rua, é importante comentar sobre as relações que estes estabelecem com os demais. Muitas vezes o convívio com os que estão na mesma situação é rápido e superficial. Há aqueles que não confiam em quase ninguém, talvez isso ocorrendo pela própria fragilidade e instabilidade dos vínculos criados. Snow & Anderson (1998) falam que as amizades rápidas do morador de rua se constituem em uma estratégia de sobrevivência e que estes envoltimentos superficiais desmotivam a pessoa a estabelecer amizades profundas e resolver conflitos.

O que se pode observar é que muitos que estão há pouco tempo na rua evitam se aproximar de outros moradores de rua, negando assim a situação em que se encontram. Uma queixa constante que pudemos observar é a ausência do vínculo de amizade e a falta de alguém para confiar e conversar.

Sentimentos como solidão, discriminação, incertezas, o fato de “não se sentirem como gente”, são relatados de forma bastante constante, mostrando-nos que viver nas ruas não é uma situação fácil e muito menos uma escolha pessoal.

Foram selecionados alguns depoimentos que melhor exemplificam estes sentimentos. Segundo Elder, falta

“...alguém pra te ajudar, pra te dar um apoio, algumas palavras pelo menos de conforto, de amizade, é difícil de aparecer, mas te machucar, te maltratar é o que mais aparece. (...) Eu vivo sempre andando para todos os lugares, procurando um meio pra sair dessa situação. Meu maior objetivo é sair fora disso, já não agüento mais, estou com sete anos nessa situação e isso me revoltou muito, é complicado explicar esse

tipo de coisa. O que eu faço todos os dias, todo momento é estar correndo atrás de uma solução para esse problema, pra esta situação minha, é só o que eu sei fazer todos os dias...”

Já o flagrante narrado por Silvana mostra o olhar de um morador de rua sobre a forma como são tratados no convívio social:

“...Estava no mês de junho em São Paulo, e é frio, entrou uma velhinha com cabecinha branca, um saco de pano preto, toda suja, até se via que estava craca de suja, cabecinha branca, sentou no banco, quando ela sentou exalou aquele mau cheiro. Aí um cidadão falou assim: - Aonde que está a segurança da estação que não vê uma coisa dessa, uma senhora fedorenta dessa sentada aqui. Eu falei assim: - Em vez do senhor está reclamando, eu fosse no lugar do senhor, e é o que eu vou fazer, ela está tremendo de frio! E ela tirou um pedaço de pão de dentro do saco, verde de bolor e começou a comer. Eu falei: - Isso não dói o coração não!? Eu fui lá e pedi um copo de pingado e pão com manteiga e dei pra ela, a mão dela tremia, quando ela pegou da minha mão o olhinho dela brilhou assim, sabe. Aí ele foi chamou o segurança, e falou: - Tira a mulher! Aí eu falei: - Não vai tirar a mulher daqui, vai jogar a mulher na chuva aí? Aí, chamei a polícia feminina, a polícia feminina veio e concordou comigo: a gente se envergonha, qualquer cidadão se envergonharia, como ela sentiu a dor da velhinha...”

Já Heleno resume assim a sua situação:

“...eu quero me sentir um homem de novo, do jeito que eu estou, eu estou parecendo um espantalho, um bagaço, uma laranja chupada, sabe, chupa laranja e joga fora?”

O uso da bebida é algo que aparece com bastante frequência nos relatos, seja como meio de melhorar o convívio entre os moradores, seja para dar coragem de enfrentar o dia-a-dia. Como diz Marcolino: “[A bebida] me dá mais cara de pau, ser mais corajoso com as coisas (...)”

Os relatos sobre humilhações e violência também são constantes. Segundo nos conta Heleno:

“Ficar na rua tem seus pontos bons e pontos ruins, ponto bom é quando a gente está fazendo alguma coisa para poder sair da rua e voltar ao convívio da sociedade. A parte ruim é que você é muito humilhado, você é muito pisado, tem dia que passa bem, tem dia que passa mal, é perigoso apanhar da polícia...”

No mesmo sentido, comenta Elder: “A violência acompanha a gente a cada passo, tanto de dia como à noite... a gente tem que viver no meio da violência, no meio das drogas, da bebida; tem que saber recusar tudo isso.”

O TRABALHO

Muitos que se encontram em situação de rua acabam procurando algum tipo de trabalho temporário para conseguir sobreviver nas ruas. Isso é confirmado pelas observações de campo e estudos no Brasil (Rosa, 1995) e no mundo, como por exemplo, nos Estados Unidos (Snow & Anderson, 1998). A pessoa que está nesta situação sempre faz algum tipo de trabalho, mesmo que seja temporário. Os depoimentos abaixo mostram como é esse trabalho e como é importante para os que estão na rua conseguir, de forma própria, os meios para o seu sustento.

Heleno, 39 anos, separado, pai de quatro filhos, vive nas ruas da cidade já há um bom tempo, alternando entre uma instituição e outra, para não per-

noitar sempre nas ruas da cidade. Sobrevive, entre outras coisas, vendendo canetas decoradas por ele e fala sobre a importância de se ter algum trabalho para garantir o mínimo de condições de sobrevivência:

“Eu gosto quando tenho um trabalho, com meu trabalho eu consigo pagar..., eu peço um trocadinho pra mim, um trocadinho pra outro, eu vou interagindo, interagindo, compro minhas coisas para fazê minhas canetas... Com cinqüenta canetas, faço cinqüenta reais.”

Alceu, também fala um pouco do seu trabalho:

“... Aí arrumei esse emprego de “chapa”. Lá, os cara (no início) não aceitava que eu entrava, mas tô lá até hoje.”

Quando questionado se é difícil arrumar trabalho, ele respondeu o seguinte:

“É excesso de gente e isso dificulta muito, é muita gente pra pouca promoção de emprego.”

Para Elder o trabalho também é muito importante e quando perguntado sobre o tipo de trabalho por ele desempenhado, diz:

“...o que aparece, carpi quintal ou lote, fazer alguma mudança, qualquer coisa assim, desde que seja alguma coisa honesta e digna...”

Silvana conta como fazia para trabalhar:

“... Às vez chegava na cidade e lá tem gente pegando gente pra apanhá laranja, às vezes eu ia, pegava esse caminhão e ia apanhá laranja pra ganhá uns trocado...”

Em seu outro depoimento, ela fala sobre um momento em que não mais estava na rua, mas se encontrava em um asilo onde ajudava a cuidar das pessoas internas:

“... Eles me dão um agrado ali, todo mês, de trinta real. Porque a gente tem de tudo ali, tudo que pre-

cisa tem, desde um sabonete, uma pasta de dente, um desodorante. Eles dão trinta real, porque a pessoa às vezes quer ir pra casa, tem vontade de comer uma coisa diferente, tomar um refrigerante..."

De uma forma geral constata-se que o único tipo de trabalho que conseguem é de natureza precária, que exige baixa qualificação e cuja remuneração é ínfima, fato que torna extremamente difícil a saída das ruas.

O ATENDIMENTO NAS INSTITUIÇÕES: "TUDO QUE É DE GRAÇA É COBRADO"

É importante dizer que as opiniões dos moradores de rua aqui relatadas acerca das diferentes instituições em que foram atendidos não se referem a uma instituição em particular, ou tão somente àquele recebido no município de São José do Rio Preto.

Uma das críticas que aparecem é sobre a forma como eles são tratados nestas instituições. O depoimento de Heleno, a seguir, embora tenha sido feito em um dia em que ele se encontrava bastante alterado, mostra uma análise muito perspicaz:

"... A pessoa estuda para ser assistente social, sabendo que cada um que procura é alcoólatra, e proíbe e vem com agressividade, não tem educação. Educação que eu tenho, eles não têm de jeito nenhum, de forma nenhuma. Você vem pedindo 'por favor!' e esses porcaria que trabalha em portaria aí, vêm com agressividade, não com educação. São tudo uns burro, ignorante, que eu não sei porque colocam, é uma organização social, se é para ser sociedade, pôxa!, tratam as pessoas com jeito ..."

"... Aqui é uma organização, num é para vim as pessoas para ser atendidas? E por que ser maltratado? Então deveria pôr pessoas com

consciência daquilo que falam, daquilo que faz. Espera uma agressividade da gente, pôxa, aí a polícia prende né... O seu prefeito mantém isso aqui, não é a prefeitura que mantém?"

"... porque as pessoas só vêm gritando, achando que é maior, que é melhor. É melhor o quê? Porque ela tá empregada e eu tô desempregado, e eu tô nessa situação difícil, isso é um fato. Então, deveria ser assim, o certo, uma organização social. Você sabe o que é social? Ser social é uma união das pessoas, é uma sociedade, é uma ajuda de carinho, não é? Você ser social comigo, você vai ser estúpida comigo? Então você não é social comigo..."

Salomão, por sua vez, expressa um sentimento de gratidão e dívida em relação ao atendimento que recebe da instituição que frequenta:

"...Eu não tenho reclamação, eu devo muito à ODS, devo mesmo...fizeram muita coisa por mim, eu agradeço muito. Principalmente eu vivia doente, com dores e mais dores, me pegaram, me encaminharam para tratamento, eu era banguelo, me puseram dentadura, então eu devo muita obrigação à ODS, né..."

Marcolino vê a atuação das instituições como caracterizada mais pela assistência social do que oferecendo efetivamente condições para que este morador de rua possa pensar em alternativas para melhor sobreviver na rua:

"Minha opinião é que todas as instituições são todas boas. Só que vou falar a verdade (...) que nem aqui no albergue, que é bom, mas o certo era dar mais dias e noites para pessoa no mês, agora três noites é pouco, deveria dar pelo menos dez noites, porque a pessoa que quer e vai ficar aqui, precisa arrumar um trabalho, então tem dez noites para

você ver isso, você come aqui, você dorme aqui e vê isso. Que nem tem gente que vem aqui, dorme três dias aqui e fica perdido. Fica pior do que chegou aqui. (...) Eu sou um cara trabalhador, vencedor, mas eu não estou conseguindo, eu não sei porque eu não estou conseguindo, procuro trabalho e não acho."

Milo, 37 anos, acha que as instituições, de forma geral, acomodam aqueles que estão na rua e para isso dá esta explicação:

"Acomoda porque é o seguinte: se a pessoa quiser uma coisa certo mesmo ela vai procurar, agora um exemplo que eu dou pra senhora, se eu quiser almoço, eu vou lá e ela dá, café da manhã, cedinho ela dá, janta também. Três horas você vai lá e toma banho, aí o que acontece com você, você acomoda, em vez de procurar pra si mesmo, procura alguma coisa mais forte, não, aí você se acha, como diz...assim. Ah eu não sirvo mais pra nada, pra tomar banho eu sei aonde eu tenho, pra jantar eu sei aonde eu tenho, aí não funciona, eu vou lá no Albergue, lá tem comida, tem sopa. Então a pessoa se acomoda, eu já sou ao contrário... eu bato palma numa casa... porque se eu bater palma numa casa eu levo um não, ou talvez eu leve, ou talvez não, mas pelo menos eu estou fazendo alguma coisa, eu estou andando, eu não estou aqui esperando. Porque tudo que é de graça é cobrado, sabia disso?! Penso que nada é de graça, como diz o ditado..."

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O que os relatos aqui apresentados mostram é que ninguém vai e vive na rua porque quer. Embora os moradores da rua apresentem a firme convicção de que eles próprios são os responsáveis pela sua situação de rua atra-

vés de suas escolhas (ruptura com a família, bebida, etc.) resta evidente que este fatores só adquirem a importância que lhes é atribuída porque estão associados à precariedade de suas condições prévias de trabalho. Com a estabilidade econômica de suas vidas por um fio, qualquer fator desencadeia um ciclo inexorável de rupturas que tem a vida nas ruas como destino.

Observa-se também como os moradores de rua constroem um conjunto de estratégias de sobrevivência nas quais predominam as diferentes formas de se obter algum recurso financeiro (basicamente trabalhos temporários, coleta de material reciclável e mendicância) associadas a uma utilização dos aparelhos sociais disponíveis (albergues, instituições que distribuem alimentos, roupas, etc.).

Quanto às instituições, o que se constata é que elas pouco fazem atacar as causas que produzem a ida para a rua. Longe de procurar fomentar a auto-organização desta população, seja no sentido de lutar por seus direitos de cidadania, seja para aumentar os ganhos econômicos advindos do seu trabalho (como é o caso das cooperativas de catadores de papel, por exemplo), o modelo que predomina é o assistencialista, que acaba reforçando os preconceitos sociais existentes contra esta população. No fundo, muitas dessas organizações acabam funcionando como um mercado de trabalho para profissionais da classe média e, desta forma, longe de ajudar a resolver o problema, contribuem para a sua perpetuação.

Concluimos com o poema de João Batista, que mora e pelega na rua há um bom tempo:

Há o morador de rua que vive sem rua e direção.

Às vezes dorme na praça, ou debaixo do viaduto.

Muitas vezes sujo e barbado, sem tomar banho, leva uma vida de cão.

Há o morador de rua que já teve bom emprego/

que já teve uma família e boa posição.

Há o morador de rua cansado, pálido e doente/

que já não tem mais esperança e não acredita em mais nada/

e procura esquecer seus sofrimentos em um copo de cachaça.

Olhando a rua, em volta, muita gente de posição/

que às vezes viram o rosto, escarncem e fazem gozação/

que não o vêem como um ser humano;

uma raça sem coração, sem alma, sem religião.

Há o morador de rua que nunca vai entender tanto sofrimento,/

tanta desilusão neste mundo cão.

(S. J. do Rio Preto, 2002)

* *Renata Nogueira Fioroni é Mestre em Psicologia pela FFCLRP-USP.*

** *Ana Paula Leivar Brancaleoni é Doutoranda em Psicologia pela FFCLRP e docente da FCAV-UNESP.*

*** *José Marcelino de Rezende Pinto é Professor da FFCLRP-USP.*

NOTA

1 - Todos os nomes de pessoas e instituições usados neste artigo são fictícios.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CASTEL, R.

(1997) "As armadilhas da exclusão". In: WANDERLEY, M. B. *Desigualdade e a questão social*. São Paulo: Educ, p.15 - 48.

CASTEL, R.

(1997) "As transformações da questão social". In: WANDERLEY, M. B. *Desigualdade e a questão social*. São Paulo: Educ, p.160 - 190.

FALEIROS, V.P.

(2000) *A política social do estado ca-*

pitalista. São Paulo: Cortez.

FIORONI, R. N.

(2003) "*Sem rumo e sem direção*" – a trajetória de vida e as estratégias de sobrevivência de um grupo de moradores de rua de São José do Rio Preto. Ribeirão Preto, Dissertação de Mestrado – FFCLRP/USP.

FRAS - Fundação Riopretense de Assistência Social

(2002) *Censo dos moradores de rua de S.J. do Rio Preto*. S.J. do Rio Preto, SP. (mimeo)

IAMAMOTO, M.V.; CARVALHO, R.

(2000) *Relações sociais e serviço social no Brasil: esboço de uma interpretação histórico-metodológica*. São Paulo: Cortez.

Jornal Folha de São Paulo

(2000) "IBGE elimina 'excluídos' do Censo 2000". São Paulo, 18 jun., Caderno Cotidiano, p. 7.

MARX, K.

(1984) *O Capital: o processo de produção do capital*. São Paulo: Difel, vol.II, cap. XXIII.

NEVES D. P.

(1995) "Perfil da População de rua". In: ROSA, C.M.M. (Org.). *População de rua: Brasil e Canadá*. São Paulo: Ed. Hucitec.

QUEIROZ, M.I.P.

(1986) "Relatos orais do 'indizível' ao 'dizível' ". *Ensaio CERU* – São Paulo: Departamento de Ciências Sociais – FFCLH/USP.

ROSA, C. M. M (org.)

(1994) *População de rua: quem é, como vive e como é vista*. São Paulo: Ed. Hucitec.

ROSA, C.M.M. (org.)

(1995) *População de rua: Brasil e Canadá*. São Paulo: Ed. Hucitec.

SIMÕES, J.G.S.

(1992) *Moradores de rua*. São Paulo: Polis.

SNOW, A. D.; ANDERSON, L.

(1998) *Desafortunados: um estudo sobre o povo da rua*. Petrópolis, R.J.: Vozes.